

HISTORIADORA E MILITANTE POLÍTICA

Miriam Halpern Pereira*

Sacuntala de Miranda ao terminar a licenciatura não obteve autorização para ensinar em estabelecimentos públicos, era a represália aplicada aos que ousavam questionar o autoritarismo e a falta de liberdade em Portugal, no tempo de Salazar. Como a tantos outros, valeu-lhe o refúgio no Colégio Moderno, onde leccionou pelas mesmas razões outro historiador, Jorge Borges de Macedo. Exilada em Londres longos anos, aproveitou para efectuar a licenciatura em Sociologia, conhecer o mundo universitário inglês, que descreveu como «um deslumbramento», na sua autobiografia. Continuou sempre envolvida no combate pela justiça social e a liberdade, em duas frentes principais, a luta anti-colonial e de solidariedade com os movimentos de libertação africanos e a luta sindical dos trabalhadores portugueses imigrantes.

O longo intervalo de mais de vinte anos, que mediou entre a conclusão da tese de licenciatura e sua publicação, traduz as vicissitudes de Sacuntala de Miranda e do país. A versão editada, entretanto revista e condensada, veio contribuir para o conhecimento de um território novo, a composição social do corpo político parlamentar e a geografia eleitoral da revolução de Setembro, seguindo a metodologia de Pierre George, encetada por F. Piteira Santos relativamente ao período vintista.

Como outros exilados, tentou reinstalar-se em Portugal na primavera marcelista, mas o ambiente pouco mudara e não se adaptou à irrespirável falta de liberdade de pensamento e de expressão. Volta para Londres. Só regressa definitivamente a Portugal após o estabelecimento da democracia em Portugal. Retomou a carreira de investigação em sociologia da

* Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE).

educação, só voltando à História ao iniciar a carreira académica. Tendo começado em Londres a preparação da tese de doutoramento sob a direcção de Eric Hobsbawm, veio a concluí-la na Universidade Nova de Lisboa, sob a direcção de Joel Serrão. Tive a honra de fazer parte do júri que apreciou a tese em primeira-mão, um estudo inovador sobre o meio século, de 1890 a 1939. Trabalho excelentemente organizado e com qualidade literária rara, marca comum de todos os seus trabalhos, analisa neste livro a estrutura dos principais sectores da economia portuguesa e a sua dimensão internacional. Ressalta de forma clara que alguns sectores da economia portuguesa tinham adquirido um grau elevado de internacionalização e que de entre os diversos tipos de integração no mercado internacional, nem todos conduzem ao desenvolvimento económico. A dimensão internacional é considerada em dois níveis que se entrelaçam, económico e político, demarcando-se da pura análise quantitativa, abordagem que sempre mereceu a sua crítica implícita. Utilizou os números como agregados inteligentes, indicadores a integrar no seu contexto real. O tratamento gráfico, infelizmente reduzido na versão impressa, mostra que mesmo antes da informática se podiam produzir excelentes instrumentos desse tipo. Era apenas mais trabalhoso e lento. Quando saiu o livro (1991) escrevi uma recensão longa no *Diário de Notícias*, que retomo parcialmente aqui, como homenagem.¹

Em *Portugal: o círculo vicioso da dependência (1890-1939)*, ultrapassando apenas um pouco as duzentas páginas, Sacuntala de Miranda consegue proporcionar-nos uma excelente síntese das principais linhas de evolução do comércio externo português, desde a década final de oitocentos às vésperas da Segunda Guerra Mundial. Eixo decisivo da economia portuguesa, a autora utilizou-o como indicador significativo do próprio desenvolver das actividades produtivas. Contudo, não se confunde o escrever historiográfico com a estatística retrospectiva. As relações económicas internacionais, ponto de partida para uma apreciação global, são analisadas numa perspectiva ampla: a substancial e rigorosa abordagem quantitativa encontra-se integrada no contexto da política económica, ou melhor das sucessivas orientações que ela assume durante meio século.

A análise da pauta de 1892 e os seus condicionantes económicos e sociais internos e internacionais abre o livro. Vive-se a época de regresso ao

¹ Sacuntala de Miranda, *Portugal: o círculo vicioso da dependência (1890-1939)* Editorial Teorema, 1991, 238 pp. ; Recensão in *Diário de Notícias*, Suplemento de Domingo, 19 de Janeiro de 1992, p.6

proteccionismo, ali onde anteriormente a orientação livre-cambista prevalecera. Além do dissecar das consequências económicas da pauta, particularmente interessante é a progressiva neutralização da pauta que a assinatura de vários tratados de comércio foi operando, e a própria erosão dos direitos pela inflação, que não escaparam à observação pertinente da autora. Tem sido questão geralmente obliterada para este e outros períodos. Índice dessa evolução é a via descendente do valor relativo das receitas aduaneiras, desde bem cedo (1898), com inevitável repercussão financeira.

Sucedem-se cinco capítulos dedicados a cada um dos ramos do comércio externo, cujo papel privilegiado explicam a escolha. A par das vicissitudes dos mercados externos de cada um dos produtos considerados irá sendo feita uma incursão pelo respectivo sector de produção. Esta abordagem metodológica revela assim com grande nitidez a diferenciada ponderação dos mercados externos nas várias actividades económicas: têxteis, recursos energéticos, vinho, cortiça e conservas de peixe.

As curvas de importação dos têxteis e dos recursos energéticos revelam histórias em contraste. A primeira, “uma batalha ganha” na expressão de Sacuntala de Miranda, foi a substituição de importações de produtos manufacturados por matérias-primas e máquinas, que vai coincidir com a exportação de tecidos de algodão. Não é uma história desconhecida, mas encontra-se aqui bem documentada e as medidas de incremento da produção colonial de matérias-primas e a sua repercussão são devidamente realçadas. E aponta-se o caso do têxtil, na sua globalidade, como testemunho claro da conotação industrialista da política do Estado Novo. É questão a que se dará maior realce adiante. Relacionado com o surto industrial da viragem do século, as importações de carvão, pela dominância do fornecedor britânico, são apresentadas como uma dependência, fortemente ressentida em momentos difíceis, como o da Primeira Guerra Mundial.

Em que consistia a moeda de troca de Portugal? Vinho, cortiça e conservas de peixe. A primeira mercadoria, embora continue a ocupar lugar de destaque, perde a sua dominância a favor das conservas na década de 30. À concorrência espanhola e francesa acrescenta-se a da produção vinícola das colónias britânicas, que vem então captar significativa parcela no consumo da Grã-Bretanha, como põe em destaque a autora.

Particular relevo merecem os capítulos sobre a cortiça e as conservas de peixe. Sacuntala de Miranda dá-nos uma interessante análise da correlação entre produção e mercados externos, que explica como os interesses dos proprietários de sobreiros e dos países compradores se conjugam, apenas deixando à indústria corticeira um estreito corredor para a

sua expansão e diversificação. “Assim, o sector da indústria que mais se desenvolve em Portugal, por todo o período que vai de 1890 a 1939, é sobretudo aquele que é subsidiário dos grandes centros de indústria mundial, limitando-se a preparar rudimentarmente a matéria-prima...”, conclui a autora. O principal mercado corticeiro passará entretanto a ser os Estados Unidos, e cito de novo: “A história da transferência do eixo do capitalismo mundial de Londres para Nova Iorque, operado no decurso do primeiro quartel do século XX, espelha-se com clareza iniludível na história da cortiça portuguesa.”

O terceiro produto das exportações para a Grã-Bretanha, as conservas, constitui ao longo deste meio século, na afirmação da autora, “a grande indústria de exportação”. Indústria cujas características de precariedade provenientes do nomadismo da matéria-prima, o peixe, são bem salientadas. O ritmo sazonal é muito variável, impõe condições de trabalho pouco desejáveis. É a mão-de-obra barata, em geral feminina, e a matéria-prima de baixo custo que a viabilizam. Nesta indústria de exportação, mostra-o Sacuntala de Miranda, não se utilizam apenas componentes nacionais: a folha-de-flandres e mesmo uma parte do azeite são importados. Trata-se pois de uma actividade dependente do exterior a montante e a jusante, o que determina relações interindustriais quase nulas, conclui a autora: “Não serão portanto as conservas de peixe que constituirão alavanca para o eternamente protelado *take-off* da economia portuguesa.” Neste domínio, hoje já seria possível a comparação com a evolução paralela desta indústria na Galiza, graças a estudos recentes.

Também neste sector se irá reflectir o declínio da supremacia inglesa: a Alemanha e em segundo lugar os Estados Unidos substituem a antiga aliada. Assiste-se a “O desafio do imperialismo alemão”, com a Alemanha a assumir um papel crescente nas relações comerciais, nomeadamente pela aquisição àquele país de produtos industriais. Nas vésperas da Segunda Guerra Mundial já igualava a Grã-Bretanha. Seria interessante saber se os investimentos tiveram evolução idêntica.

Na realidade, a colaboração financeira iniciara-se bem antes desta intensificação comercial. Na segunda metade de Oitocentos, os empréstimos alemães foram muito consideráveis, como o revela Magda Pinheiro na sua tese e em artigos publicados. E, como no caso dos investimentos franceses, está por esclarecer qual o tipo de correlação entre finanças e comércio. Certo é que, neste livro, Sacuntala de Miranda logo na introdução nos previne que não poderá abordar o problema dos investimentos estrangeiros, que naturalmente careceria de outro projecto de investigação.

A política económica entre as duas guerras é objecto de uma análise interessante, em dois capítulos sucessivos. A descrição das negociações, que precederam o tratado de 1914, permite perceber o jogo dos diferentes grupos sociais portugueses e ingleses e ver como as alianças e forma de pressão continuam a ser similares ao observado nas negociações da primeira metade do século XIX. As vantagens obtidas pela Grã-Bretanha serão, porém, agora, de curta duração, a guerra e o posterior regresso a uma política proteccionista acabam por esbatê-las.

A conjuntura de crise internacional dos anos 30, que favoreceu um arranque industrial em vários países periféricos, terá também em Portugal efeito similar. O projecto económico da primeira fase do Estado Novo, da sua “demanda da autarcia”, como o designa Sacuntala de Miranda, é cuidadosamente dissecado na sua vertente industrialista e colonial. Demonstra-se também os limites na execução do modelo. Promover o desenvolvimento industrial, canalizando parte substancial da produção nacional para África, e estimular nas colónias a produção de matérias-primas para que substituíssem as importações estrangeiras, foi propósito prosseguido pelo Estado Novo. Sacuntala de Miranda insere-a, tal como Fernando Rosas, na crítica à antiga interpretação ruralista da orientação económica salazarista. Aponta como testemunhos o progresso dos têxteis e da indústria química (sulfato de cobre e adubos químicos). Contudo, interroga-se quanto à eficácia global desta política, considerando que o período analisado demasiado curto, cerca de uma década, não lhe permite uma apreciação exacta. Fica também expressa a dúvida sobre a origem desta política proteccionista: mera resposta à conjuntura internacional ou orientação premeditada? Muito pertinente é a apreciação da orientação autárcica, mostrando a sua função simbólica nos fascismos europeus e a sua aplicação muito claramente delimitada no caso português.

A expansão africana, imperial, terá sido ela própria envolta num projecto que se revelaria utópico: o fraco desenvolvimento de Portugal não lhe permitiu absorver senão uma parcela minoritária da produção colonial exportada e a parcela de exportação portuguesa canalizada para as colónias sempre oscilou entre 13 por cento e 20 por cento. Conclui-se que “a criação almejada de um bloco económico de Portugal e colónias minimamente autónomo” não foi conseguida. E assim persiste “o círculo vicioso da dependência”.

Observe-se que a interpretação global do papel das colónias acaba por se inserir numa visão negativa, muito enraizada na historiografia portuguesa e aliás em parcial contradição com o que a autora mostrara a pro-

pósito dos têxteis. É opinião partilhada então também por Armando de Castro, em contraste parcial com a posterior apreciação sustentada por Fernando Rosas. Na realidade, a uma análise macroeconómica há que aliar a óptica microeconómica, que aponta para o importante papel das colónias na formação do capital nacional. Resta saber se entre acumulação de capital e industrialização se estabeleceu a relação necessária, mas essa é questão que só em período subsequente se pode apreciar, como a autora salienta. Hoje estudos sobre os anos da guerra e do pós-guerra (Brandão de Brito, Fernando Rosas, João Adolfo Loureiro, Pedro Lains) permitem que se estabeleçam as ligações “cortadas”. Saliente-se que seria esclarecedor para a questão de dependência na vertente comercial abordar o problema da troca desigual e do défice comercial. Em jeito de balanço final, eis aqui uma contribuição valiosa para esta área historiográfica, onde se confrontam diversas interpretações – debate infelizmente não mencionado - e se questionam conceitos como o da própria dependência e o papel dos mercados externos. Hoje preferir-se-ia os novos conceitos de globalização versus desglobalização, nesta polifacetada história do meio século em causa, atravessado por três diferentes sistemas políticos

Sacuntala de Miranda legou-nos uma obra polifacetada. Com “*O ciclo da laranja em S. Miguel e os gentlemen farmers na ilha de S. Miguel*”, (tese complementar de doutoramento, publicada em 1989) inicia a sua participação na incipiente historiografia moderna sobre os Açores, para cuja renovação metodológica e temática vai contribuir decisivamente. Num belíssimo ensaio aborda a expansão da cultura e o comércio da laranja, interessando-se pela constituição do grupo dos proprietários agrícolas ilustrados. A Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, pioneira deste tipo de sociabilidade no país, traduz as preocupações científicas e técnicas deste grupo social. Na senda deste trabalho, Fátima Sequeira Dias iria, seguidamente, desenvolver o estudo da vertente económica desta actividade, em consonância com o seu interesse pelos Bensáude.

A decadência do negócio da laranja iria agravar as já acentuadas clivagens sociais na ilha, e o descontentamento social dará origem a mais intensa emigração e a formas violentas de protesto daqueles que ficaram. A estes fenómenos, veio a dedicar a sua atenção. Algo desgostada com a evolução econométrica da história económica e a orientação ideológica dominante dos anos 90 em diante, como tantos outros historiadores, preferiu dedicar-se a temas de história social, com trabalhos que constituíram contribuições preciosas, pela novidade temática ou de abordagem. O livro

sobre a emigração açoriana contém uma das raras análises sobre a emigração para o Hawai e uma original comparação entre fluxos de capitais e a emigração. Deu-lhe particular prazer a feitura do livro sobre os motins populares em 1869, em S. Miguel, de clara inspiração thompsoniana. Tinha uma enorme admiração por E. P. Thompson e Eric Hobsbawm, ambos exerceram uma evidente influência na sua obra, que esteve sempre muito ligada à historiografia britânica marxista e de esquerda independente. Tornou conhecido, uma forma de protesto popular do povo urbano, das pequenas vilas e cidades de província, até então ignorada, e abriu o caminho neste domínio a outras pesquisas (David Luna de Carvalho). Um dos momentos mais felizes do final da sua vida, foi a evocação teatral do motim da Ribeira Grande, encenada nesta cidade pelo seu amigo e conterrâneo Mário Barradas.

Nos últimos anos, preocupou-se como muitas pessoas da sua geração, em passar o testemunho, escrevendo as suas memórias. Deixou-nos um retrato da geração dos anos 50-60, muito vivo e concreto, que permite às jovens gerações compreender essa época difícil, mas rica em combates por valores essenciais. Alguns textos recentes ainda no prelo virão completar o seu testemunho pessoal: sobre a luta académica e as eleições de H. Delgado, esse momento decisivo para a nossa geração e para o país, um novo volume autobiográfico e ainda um texto sobre a integração de Goa na União Indiana. Fora a solidariedade com o pai, professor do liceu de Ponta Delgada, na sua luta pela independência de Goa que a levava a exilar-se. Complemento essencial para compreender essa época e a personalidade de militante política de Sacuntala de Miranda, seria um estudo da sua intensa actividade no exílio, que a recolha e o estudo sobre os múltiplos artigos em inúmeras publicações poderiam viabilizar. Fica aqui este repto para algum jovem investigador estudar a obra desta figura ímpar, que nos deixou no dia em que se completavam 60 anos da morte de Gandhi, cujo pensamento exerceu forte influência no seu pensamento e nas suas atitudes diante da vida.